



EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: CONCEPÇÕES E DESAFIOS

Disneylândia Maria Ribeiro

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
d-landia@hotmail.com

Míria Helen Ferreira de Souza

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
miriahelen@hotmail.com

Maria Daniele Ribeiro

Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus
daniele-ribeiro10@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Educação em Direitos Humanos é um elemento que caracteriza a evolução do ser humano enquanto ser social, cultural e histórico, uma vez que, visa a difusão de ideias e valores dos direitos humanos, da democracia e da cidadania como eixos norteadores da prática educativa.

Nesse horizonte, nos lançamos ao desafio de desenvolver uma investigação com os(as) docentes das escolas da rede estadual de ensino da cidade de Pau dos Ferros, RN com dois objetivos principais: identificar problemas como a existência de atitudes preconceituosas e discriminatórias com base nas diferenças de gênero, cultura, cor, etnia, orientação sexual e deficiências; refletir sobre elementos presentes no discurso dos(as) docentes que evidenciam suas concepções e atitudes relacionadas ao reconhecimento da diversidade humana.

A pesquisa relatada é fruto de ações desenvolvidas pelo Núcleo de Extensão Universitária em Educação em Direitos Humanos – NUEDH, no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

METODOLOGIA

O trabalho proposto centra sua produção na análise de questionários aplicados aos(às) educadores(as), nas suas concepções relacionadas a educação



em direitos humanos e nos problemas enfrentados no cotidiano escolar. Esta análise se configura em caráter exploratório devido a necessidade de constituir maiores informações sobre o assunto, pretendendo formular contribuições e afirmações sobre o objeto estudado. Segundo Minayo (2007, p.32), a pesquisa exploratória é caracterizada pelas diferentes fases de construção da trajetória de investigação: a escolha do tópico de investigação, a delimitação do problema pesquisado, a definição do objeto e dos objetivos, a construção do marco teórico conceitual, a escolha dos instrumentos de coletas de dados e a exploração de campo.

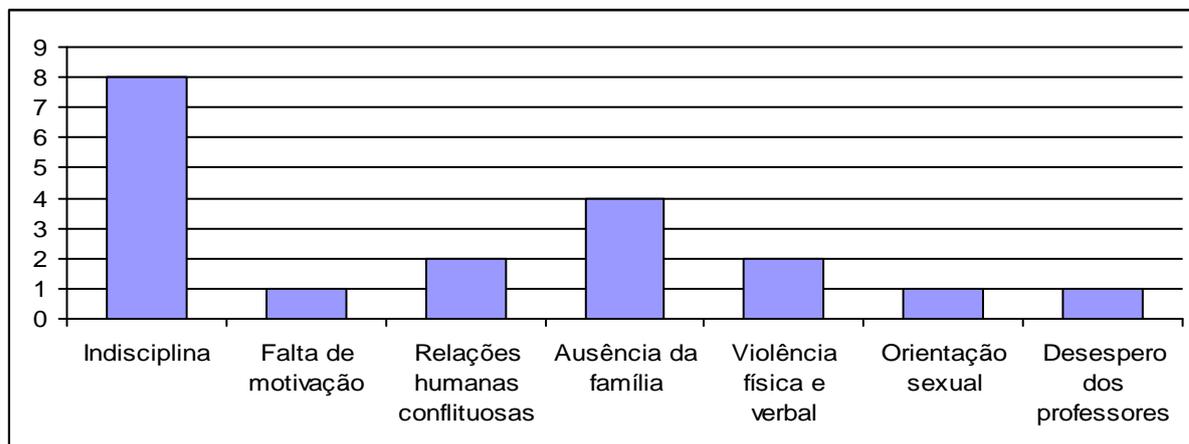
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pensar sobre os direitos humanos nos impele a refletir sobre a construção histórica, social e cultural do cidadão enquanto ser de direito. A Constituição de 1988 consagra desde o seu Título I, art. 1º, parágrafo único, que “Todo o poder emana do povo”, nesse sentido concebe-se que o poder é algo inerente ao cidadão, independente dos processos de construção pelos quais perpassa. No entanto, essa construção “é dinâmica e se realiza no cotidiano [...] A percepção dos Direitos Humanos que cada pessoa tem está muito condicionada pelo lugar social que ela ocupa” (CANDAUI, 2003, p. 103).

Partindo do pressuposto de que para o pleno exercício da cidadania é preciso a garantia do direito de participar, podemos elencar que dentre os espaços sociais que podem favorecer a formação da consciência humana em relação aos seus direitos, a escola possui destaque especial, pois ao contrário, não estará cumprindo sua função de instituição promotora de saberes.

O espaço cotidiano é um lugar onde se elabora a teia da vida pessoal e coletiva na luta pelos Direitos Humanos. Uma luta marcada por atitudes e comportamentos que traduzem a nossa forma de pensar, sentir, agir e existir. É partindo dessa conjetura que buscamos compreender as concepções dos(as) docentes acerca da Educação em Direitos Humanos, evidenciando os problemas enfrentados no âmbito da sua *práxis* pedagógica, assim como, suas angústias e expectativas relacionadas ao tema em discussão.

Em face disso passamos a apresentar no gráfico a seguir as situações que, de acordo com os(as) docentes investigados(as), mais causam desconforto e dificultam um processo educativo pautado na formação para a cidadania e para o exercício pleno dos direitos e deveres dos indivíduos.



Fonte: Questionários aplicados aos docentes na palestra de abertura do projeto de extensão: A educação em Direitos Humanos frente aos desafios de mediação teórica e prática da formação de professores

Durante a análise dos questionários ficou explícito que grande parte dos dilemas vivenciados parece ter relação direta com a lastimável falta de credibilidade da intervenção escolar. É como se os(as) educadores(as) se sentissem impotentes diante das situações de indisciplina, de desrespeito e de desmotivação dos discentes. Assim, a indisciplina e a ausência da família na escola lideram o *ranking* dos principais obstáculos para o trabalho educativo.

É bastante enfatizada no discurso docente a violência física e verbal, assim como, a questão das relações humanas conflituosas, no entanto, não fica claro em que situações e contra quem estas ocorrem no cotidiano escolar. A partir deste aspecto podemos considerar a pertinência de os(as) professores(as) observarem as pessoas que os circundam e assim formularem uma proposta didático-pedagógica que insira a discussão sobre os instrumentos de direitos que não são trabalhados nas escolas, tendo em vista que é neste espaço social que as situações de conflito se apresentam com frequência e que é função do(a) professor(a) socializar saberes e mediar a formação de valores éticos e humanos, portanto, não faz sentido o desconhecimento dos(as) agentes causadores(as) e das vítimas dos conflitos sociais.



Isso demonstra, notadamente, certa insensibilidade diante da origem étnica e de classe popular, bem como, das diferenças de gênero, cultura, cor, orientação sexual, deficiências das crianças e adolescentes que frequentam a escola porque é provável que as causas dessa violência sejam decorrentes do preconceito e da falta de tolerância para com o diferente.

No foco da elaboração de um projeto de ensino que retrate a necessidade de os sujeitos sociais assimilarem a sua importância enquanto cidadão, Trindade (2002, p.16) também enfatiza a pertinência de “Uma prática docente que tenha como palavras-chave o diálogo, o estudo, a criação, o desejo e o compromisso com a transformação social, com a construção mesma de uma amorosa cidadania”.

No discurso dos(as) professores(as) é possível perceber o destaque à temática da orientação sexual. Nesse campo fica implícito se o cenário retratado pelos(as) docentes trata das manifestações sexuais dos(as) alunos(as) ou o fato de não conseguirem lidar com essas questões de forma natural. Tal reflexão está pautada nos tradicionais tabus e estereótipos sexuais dos quais vivenciaram em sua geração. De acordo com Guimarães (2002), a escola, tradicionalmente conservadora, demonstra não estar bem resolvida em relação a inserção da sexualidade em seus trabalhos devido ainda cultivar pudores quanto ao falar do sexo.

Os aspectos mencionados culminam em outro problema, o desespero dos(as) professores(as), que remete a sensação de impotência diante dos conflitos vivenciados no espaço educacional e que incide no que pode ser denominado de um mal-estar docente.

CONCLUSÃO

O(a) professor(a), enquanto construtor(a) de sua própria cidadania e colaborador(a) da formação cidadã de seus(suas) alunos(as), ainda mantém presa a concepção de impossibilidade de desmistificação de princípios que contradizem a geração atual. Esta por sua vez, luta pelos ideais de liberdade de expressão e quando isso é tolhido reage de maneira negativa ao ponto de causar conflitos que



são revelados por meio de atitudes adequadas ou não e que, na maioria das vezes, são incompreendidas pelas pessoas que compõem a escola.

Esses aspectos, atrelados aos resultados obtidos, nos permitiram a constatação de que os(as) educadores(as) não possuem clareza sobre temáticas inerentes ao campo da educação em direitos humanos, pois estes(as) falam de modo aleatório e sem vinculação com concepções teóricas, políticas e ideológicas que permeiam a discussão dos direitos humanos na contemporaneidade.

Também ficou explícito que os(as) docentes não reconhecem a diversidade humana que habita as instituições de ensino. O diagnóstico reforça a pertinência de imprimir estudos na escola sobre a transversalidade pela qual perpassa a sociedade vigente, em seu aspecto multicultural, pois ela é um espaço onde as diferenças se encontram, as culturas se cruzam e os excluídos podem ter a vivência de aprendizagem e formação cidadã.

Sendo assim, faz-se necessário pontuar a importância de um trabalho voltado para a construção de uma cultura dos direitos humanos em todos os espaços sociais, e a escola tem papel fundamental no processo de formação de uma consciência voltada para o respeito à pluralidade e à diversidade étnica, sexual, cultural, racial e de gênero.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

CANDAU, Vera Maria F.; SACAVINO, Susana. Educação em Direitos Humanos. In: _____.(Org.). *Magistério: construção cotidiana*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003

GUIMARÃES, Isaura. *Educação sexual na escola: Mito e realidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2002

MINAYO, M.C. de S. (Org.) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 25 Ed. Petrópolis /RJ: Vozes, 2007.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Olhando com o coração e sentindo com o corpo inteiro no cotidiano escolar. In: _____ (org.) *Multiculturalismo: Mil e uma faces da escola*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
